

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.975 - PE (2019/0158232-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : PEDRO DE SOUZA GOMES
ADVOGADO : PAULO EDUARDO GUEDES MARANHÃO E OUTRO(S) - PE028436
RECORRIDO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : LEONIDAS SIQUEIRA FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por PEDRO DE SOUZA GOMES, em 29/11/2018. com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que denegou a segurança postulada pela parte ora recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. POLICIAL MILITAR DENUNCIADO EM PROCESSO CRIME. QUADRO DE ACESSO PARA PROMOÇÃO PARA O GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 21, XII, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2008. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA. NÃO VIOLADO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CONFIGURADO. SEGURANÇA DENEGADA À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Como é sabido, a promoção de soldados na Polícia Militar de Pernambuco é regulada pela Lei nº 6.784/74, que, em seu art. 13, prevê como um dos requisitos imprescindíveis para a promoção por antiguidade à graduação superior a inclusão no Quadro de Acesso por Antiguidade (QAA), e, mais à frente, em seu art. 29, d, dispõe que não será incluído no referido quadro aquele que estiver respondendo a processo criminal.

2. Vale evidenciar que a sobredita restrição foi reproduzida na Lei nº 12.344/03 e, posteriormente, na Lei Complementar nº 134/08 (Plano de Cargos e Carreiras - PMPE), a qual, em seu art. 21, XII, dispõe que não será incluído no Quadro de Acesso o graduado submetido a Conselho de Disciplina.

3. No caso em debate, observa-se que o autor, em 23 de março de 2017, através do Boletim Geral nº 57, foi incluído na relação dos militares que deixaram de ser incluídos nos Quadros de Acesso, pelo fato de responder a processo criminal (n.º0011622-17.2013.8.17.0990 - fls. 299) e ao Processo Administrativo n.º 084/2014, no Conselho de Disciplina da Polícia Militar. (fls. 298), sendo assim enquadrado no

art. 21, inciso XII da Lei Complementar n.º 134, de 23 de dezembro de 2008.

4. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de ser legítima a disposição ordinária que prevê a exclusão de militar do quadro de acesso a promoções por ter sido denunciado na esfera criminal (Recurso Extraordinário nº 141.787/MT, Relator: Ministro Moreira Alves).

5. Como visto, tal previsão não é incompatível com o Princípio da Presunção da Inocência, insculpido no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, tendo em vista que o referido dispositivo não adota nenhuma presunção de culpa, mas apenas exige, como condição para promoção do militar, conduta compatível com o exercício das funções e com a ascensão pretendida dentro da Corporação, sendo certo, ademais, que a LC nº 134/2008, em seu art. 16, assegura aos militares absolvidos por negativa de autoria, excludente de ilicitude ou inexistência de fato típico o direito à promoção por ressarcimento de preterição.

6. Com efeito, o impetrante não possui direito a inclusão do seu nome no Quadro de Acesso e Graduação Superior, por vedação expressa da alínea "a" do artigo 29º da Lei nº 6.784/74, qual seja, ter sido denunciado em processo crime.

7. Segurança denegada.

8. Unanimidade de votos" (fls. 478/492e).

Nas razões do Recurso Ordinário, a parte ora recorrente sustenta, em síntese, o equívoco do acórdão regional e, consequentemente, a ilegalidade do ato apontado como coator, na medida em que possui direito líquido e certo de ser incluído no Quadro de Acesso para promoção no âmbito da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, porquanto "a recusa administrativa de inclusão em Quadro de acesso, bem como da concessão da promoção, sem que haja em desfavor do servidor militar qualquer condenação criminal transitada em julgado, é de extrema arbitrariedade, ferindo de morte o princípio constitucional da presunção de inocência, expressamente previsto no art. 5º, inciso LVII da nossa Constituição Federal" (fls. 500/504e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente Recurso Ordinário, no sentido de declarar nulo o acórdão proferido pelo r. magistrado de 2º grau" (fls. 504e).

Contrarrazões a fls. 526/532e.

Em seu parecer (fls. 540/543e), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do Recurso Ordinário.

Com razão o Parquet Federal. A irresignação não merece prosperar.

Conforme se depreende da petição inicial do **mandamus**, o recorrente

impetrou o presente remédio constitucional contra ato comissivo do Exmo. Senhor Secretário da Ajudância do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, do Exmo. Senhor Adjunto Geral do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco e do Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, consubstanciado no ato administrativo publicado no BG n. 57, de 23/03/2017, que deixou de incluir o impetrante no Quadro de Acesso à promoção, em razão de estar submetido a Conselho de Disciplina (fls. 02/12e).

O Tribunal de origem **denegou** a segurança, a fundamento de que a legislação estadual dispõe expressamente que não será incluído no Quadro de Acesso por Antiguidade para fins de promoção o militar que estiver respondendo de processo criminal ou submetido a Conselho de Disciplina, bem como que tal vedação não viola o princípio da presunção de inocência, "tendo em vista que o referido dispositivo não adota nenhuma presunção de culpa, mas apenas exige, como condição para promoção do militar, conduta compatível com o exercício das funções e com a ascensão pretendida dentro da Corporação, sendo certo, ademais, que a LC nº 134/2008, em seu art. 16, assegura aos militares absolvidos por negativa de autoria, excludente de ilicitude ou inexistência de fato típico o direito à promoção por ressarcimento de preterição" (fls. 478/492e)

Com efeito, é firme o entendimento no âmbito do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, no sentido de que **não ofende o princípio da presunção de inocência a exclusão de militar do quadro de acesso à promoção quando denunciado em processo criminal, desde que assegurado eventual ressarcimento por preterição.**

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO EM 25.11.2016. DIREITO ADMINISTRATIVO. MILITAR RÉU EM PROCESSO CRIMINAL. EXCLUSÃO DE QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO. LEI ESTADUAL 61/1998. VIGÊNCIA NA DATA DO ATO DE PROMOÇÃO. PREVISÃO DE RESSARCIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.

1. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência a exclusão de militar que responde a processo criminal de quadro de acesso à promoção, desde que haja previsão legal de ressarcimento da preterição na hipótese de absolvição.**
2. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, CPC. Inaplicável a

norma do art. 85, § 11, do CPC, em face da Súmula 512 do STF" (STF, RE 781.655 AgR-segundo, Rel. Min. EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/03/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. **MILITAR QUE RESPONDE A PROCESSO CRIMINAL. EXCLUSÃO DE QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO. PREVISÃO LEGAL DE RESSARCIMENTO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA. NÃO VIOLAÇÃO.** AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (STF, ARE 710.266 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/04/2016).

"Agravos regimental em recurso ordinário em mandado de segurança. Ausência de direito líquido e certo. Militar. Não inclusão no quadro de acesso à promoção quando denunciado em processo criminal. Previsão de ressarcimento da preterição. Violação do princípio da presunção de inocência não configurada. Agravos regimental a que se nega provimento.

1. Não há direito líquido e certo a ser amparado em mandado de segurança quando a pretensão veiculada está condicionada ao êxito no mandado de segurança anterior.

2. **Não viola o princípio da presunção de inocência a previsão normativa que não permite a inclusão de oficial militar no quadro de acesso à promoção quando denunciado em processo criminal, desde que haja previsão de ressarcimento da preterição.** 3. Agravos regimental não provido" (STF, RMS 31.750 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2014).

"Agravos regimental no agravo de instrumento. Oficial da Polícia Militar. Quadro de acesso à promoção. Ofensa ao art. 5º, LVII, da Constituição Federal. Não ocorrência. Precedentes.

1. O Tribunal de origem decidiu em consonância com o entendimento firmado pela jurisprudência desta Corte no sentido de que **não viola o princípio da presunção de inocência a previsão constante em lei que não permite a inclusão de oficial da Polícia Militar no quadro de acesso à promoção quando denunciado em processo criminal, desde que haja previsão de ressarcimento em caso de absolvição.**

2. Agravos regimental não provido" (STF, AI 831.035 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/05/2012).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROMOÇÃO DE OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR. EXCLUSÃO. ABSOLVIÇÃO. RESSARCIMENTO. PRECEDENTE.

1. A jurisprudência do Supremo é no sentido da inexistência de violação do princípio da presunção de inocência [CB/88, artigo 5º, LVII] no fato de a lei não permitir a inclusão de oficial militar no quadro de acesso à promoção em razão de denúncia em processo criminal.

2. É necessária a previsão legal do ressarcimento em caso de absolvição. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento" (STF, RE 459.320 AgR, Rel. Min. EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/05/2008).

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO POR MERECIMENTO EM RAZÃO DE AÇÃO PENAL EM TRÂMITE. LEGALIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO DO MILITAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Esta Corte Superior orienta-se no sentido de que não constitui ofensa ao princípio da presunção de inocência a exclusão do militar do Quadro de Acesso à promoção, por motivo de persecução penal ou administrativa, desde que previsto o ressarcimento por preterição. Precedentes: AgInt no RMS 49.315/MT, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 28.9.2017 e RMS 53.515/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 16.6.2017.

2. Agravo Interno do Militar a que se nega provimento" (STJ, AgInt no RMS 48.089/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/12/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO. SINDICÂNCIA. LEGALIDADE DO ATO. REQUISITOS. IDONEIDADE MORAL. NÃO PREENCHIMENTO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

(...)

II - Esta Corte Superior orienta-se no sentido de que não constitui ofensa ao princípio da presunção de inocência a exclusão do militar do Quadro de Acesso à promoção, por motivo de persecução penal ou administrativa, desde que previsto o ressarcimento por preterição. Precedentes.

(...)

V - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no RMS 53.818/MT, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/11/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO POR MERECEMENTO EM RAZÃO DE AÇÃO PENAL EM TRÂMITE. LEGALIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E STF. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RECURSO ORDINÁRIO. POSSIBILIDADE.

1. Não viola os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade o ato da Comissão de Promoção de Oficiais que, amparado pela Lei Estadual, exclui do quadro de acesso militar que responde a processo criminal. Precedentes.

2. Não se pode reputar ilegal ou abusivo ato de autoridade administrativa que dá fiel cumprimento às disposições legais e normativas, nem líquido e certo um direito que não encontra expressa previsão legal.

3. A solução do recurso em mandado de segurança por decisão monocrática do Relator é amparada pelos art. 932, VIII, do CPC e 34, XVIII do RISTJ. Precedentes.

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no RMS 49.315/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/09/2017).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. DENUNCIADO EM PROCESSO PENAL. NÃO INCLUSÃO NO QUADRO DE ACESSO A PROMOÇÕES. . INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA.

1. Verifica-se que o impedimento do recorrente à promoção por antiguidade não se encontra eivado de nenhuma ilegalidade ou

abusividade, porquanto expressamente previsto na Lei Estadual 2.575/2012.

2. **É firme a jurisprudência dos Tribunais Superiores no sentido de que, estando os respectivos militares respondendo a processo penal, ainda que não tenha havido a condenação, ficam impossibilitados de participar da lista de acesso a promoções, fato que não viola a garantia constitucional da presunção de inocência.**

3. Recurso Ordinário não provido" (STJ, RMS 53.515/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. **POLICIAL MILITAR. NÃO INCLUSÃO NO QUADRO DE ACESSO A PROMOÇÃO, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE PROCESSO CRIMINAL EM CURSO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. INEXISTÊNCIA. PREVISÃO DE RESSARCIMENTO EM CASO DE ABSOLVIÇÃO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.**

(...)

II - Esta Corte orienta-se no sentido de que não fere o princípio da presunção de inocência o fato de o Recorrente não ter sido incluído no Quadro de Acesso a Promoções em face de denúncia em processo criminal, desde que previsto o ressarcimento em caso de absolvição, como é o caso dos autos.

III - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no RMS 42.602/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/03/2017).

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. **POLICIAL MILITAR ESTADUAL. QUADRO DE ACESSO A PROMOÇÕES. EXCLUSÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. RECURSO DESPROVIDO.**

1. Hipótese em que se alega violação do princípio da presunção de

inocência previsto no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, em face da exclusão do recorrente do quadro de acesso a promoções (QA), por estar respondendo à ação penal.

2. A jurisprudência desta Corte Superior, bem como do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de que não viola o princípio da presunção de inocência o impedimento, previsto em legislação ordinária, de inclusão do militar - que esteja respondendo à ação penal - em lista de promoção.

3. No caso em exame, o acórdão recorrido, baseado na legislação estadual, concluiu que o ato praticado pela autoridade tida como coatora não viola o princípio constitucional da presunção de inocência, uma vez que o recorrente responde a condutas praticadas em desacordo com a legislação penal militar, razão pela qual não se evidencia o alegado direito líquido e certo necessário para a concessão do mandamus.

4. Recurso ordinário desprovido" (STJ, RMS 29.353/AC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe de 20/05/2016).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL MILITAR. SUB JUDICE. EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO PARA PROMOÇÃO. RÉU EM AÇÃO PENAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. PREVISÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ESTADUAL DE RESSARCIMENTO EM CASO DE PRETERIÇÃO E EVENTUAL ABSOLVIÇÃO NO PROCESSO PENAL.

1. A jurisprudência do STJ e do STF é no sentido de que, previsto no ordenamento o ressarcimento em caso de absolvição, não há ofensa ao princípio da presunção de inocência quando o militar é impedido de ascender na carreira antes do trânsito em julgado da ação penal que responde.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no RMS 48.766/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015).

"ADMINISTRATIVO. MILITAR DO EXÉRCITO. EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO POR MERECIMENTO. LEGALIDADE DO ATO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA.

1. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de reverter o ato que excluiu o impetrante do Curso de Aperfeiçoamento de Sargento PM/2010 em virtude de estar submetido a Conselho Disciplinar.

2. **Não configura violação ao princípio da presunção de inocência a existência de norma impedindo militar de compor quadro de acesso à promoção, quando alvo de investigação criminal, se houver previsão de ressarcimento, como na presente hipótese.**

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no RMS 41.654/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/06/2014).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. NÃO INCLUSÃO NO QUADRO DE ACESSO A PROMOÇÕES. DENUNCIADO EM PROCESSO PENAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA.

É firme a jurisprudência dos Tribunais Superiores no sentido de que, estando os respectivos militares respondendo a processo penal, ainda que não tenha havido a condenação, restam impossibilitados de participar da lista de acesso a promoções, fato que não viola a garantia constitucional da presunção de inocência.

Recurso desprovido" (ST, RMS 23.811/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 02/06/2008).

No caso dos autos, consoante bem destacou o Tribunal de origem, a Lei Complementar Estadual 134/2008, que dispõe sobre a carreira de Praça e o Quadro de Oficiais de Administração nas Corporações Militares Estaduais, sobre o Quadro de Especialistas da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE, e dá outras providências, é categórica ao dispor que não será incluído no Quadro de Acesso para fins de promoção o graduado que "estiver submetido a Conselho de Disciplina ou Processo de Licenciamento, enquanto não houver decisão favorável, no âmbito administrativo; (...) XII - for denunciado em processo crime, enquanto a sentença não transitar em julgado, exceto quando o seu ingresso em quadro de acesso for aprovado por voto, devidamente fundamentado, por 2/3 (dois terços) dos membros integrantes da Comissão de Promoção de Praças-CPP".

Outrossim, o art. 16, da Lei Complementar Estadual 134/2008, dispõe sobre a possibilidade de **promoção por ressarcimento de preterição** ("Art. 16. O praça será ressarcido da preterição desde que lhe seja reconhecido o direito à promoção, quando: (...) III - for impronunciado ou absolvido em processo a que estiver

respondendo, por inexistência de fato típico, excludente de ilicitude ou negativa de autoria, com sentença transitada em julgado; IV - for declarado isento de culpa por decisão da autoridade competente em processo administrativo disciplinar").

Desse modo, ausente ilegalidade ou abuso de poder no ato acoimado de coator, não há que se falar em direito líquido e certo a amparar a pretensão autoral, e, consequentemente, o acórdão recorrido não merece reparos, por estar em sintonia com o entendimento dominante desta Corte, a atrair, a incidência, na espécie, da **Súmula 568/STJ**, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **b**, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao presente Recurso Ordinário.

I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora